

Para ministro, IPMF é “tapa-buraco”

“O IPMF é um imposto tapa-buraco, mas da maior importância”, admitiu ontem o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, durante debate com os senadores. Ele refutou afirmações de empresários de que o imposto irá elevar de dez por cento a 15 por cento os preços dos produtos. Garantindo que estudo feito pela Receita Federal mostra um acréscimo de apenas 1,25 por cento nos custos, quando o produto passa por cinco fases em sua produção. Para ele, se o Governo usar parte da arrecadação do IPMF para resgatar títulos da dívida pública, a queda da inflação será muito superior ao

1,25 por cento de aumento de custo, o que compensa a criação do imposto provisório. O IPMF será votado hoje, em segundo turno, pelo Senado, com ampla chance de ser aprovado.

Até 18h45, o ministro respondeu a 12 senadores, a maioria com perguntas que davam chances ao ministro de fazer longas exposições. Até este horário, ninguém havia perguntado sobre o processo feito pelo TCU em suas prestações de contas, na década de 70. Ele garantiu desconhecer qualquer prazo dado pelo presidente Itamar Franco para que ele apresente um plano econômico e

reafirmou quatro negativas do Governo nos últimos dias: não haverá congelamento de preços, confisco, quebra de relações contratuais ou choques na economia. “Tudo será discutido com o Congresso Nacional”.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se pretendia usar as reservas internacionais para garantir o lançamento de títulos da dívida pública de longo prazo, o ministro discorreu sobre a tranquilidade que o País tem hoje com reservas cambiais elevadas e pediu “tempo para refletir melhor”.